

CONTRIBUTO PARA A DEFINIÇÃO DE
“INDICADORES TRANSFRONTEIRIÇOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: ALGARVE / ANDALUZIA”



Este trabalho foi realizado por **EDUARDA MARIA SUBTIL PIRES** no âmbito da Prestação de Serviços “Definição de Indicadores Transfronteiriços Comuns de Desenvolvimento Sustentável à escala local”

(Eduarda Subtil)

ÍNDICE

	Pág.
SIGLAS E ABREVIATURAS	7
1. INTRODUÇÃO	8
2. BREVE ENQUADRAMENTO SOBRE A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE PORTUGAL/ESPANHA: ALGARVE/ANDALUZIA	11
3. METODOLOGIA ADOPTADA.....	15
3.1. ANÁLISE DOS SISTEMAS TRANSFRONTEIRIÇOS SELECIONADOS.....	17
3.2. SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALGARVE (SIDS ALGARVE).	22
3.3. PROPOSTA PRELIMINAR “INDICADORES TRANSFRONTEIRIÇOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” (ITDS)	23
4. A PROPOSTA PRELIMINAR E OS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
ANEXOS	29

SIGLAS E ABREVIATURAS

- ❖ **CCDR Algarve** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- ❖ **GIT** - Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças
- ❖ **GIT-AAA** - Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo-Algarve-Andaluzia
- ❖ **IDS** - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
- ❖ **ITDS** – Indicadores Transfronteiriços de Desenvolvimento Sustentável
- ❖ **OCT – AAA** - Observatório de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia
- ❖ **OTALEX** - Sistema de Indicadores do Observatório Territorial Alentejo/ Extremadura
- ❖ **OTS Portugal /Espanha** - Observatório Transfronteiriço para a Sustentabilidade Portugal/Espanha
- ❖ **POCTEP 2007-2013** - Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha
- ❖ **SIA** - Sistemas de Indicadores Ambientais
- ❖ **SIDS Algarve** – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve
- ❖ **UALG** - Universidade do Algarve

1. INTRODUÇÃO

A melhoria da qualidade das decisões em gestão da sustentabilidade é um dos principais objectivos que suportam a monitorização do estado do ambiente e da sustentabilidade. Neste sentido, os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS), por permitirem transmitir a informação de forma sintética, nas diferentes matérias: *ambiental económica e social*, são consensualmente considerados, uma ferramenta essencial para fundamentar as tomadas de decisão aos mais diversos níveis e nas mais diversas áreas (APA/DCEA-FCT-UNL, 2007).

Os IDS constituem um instrumento fundamental no contexto da gestão e avaliação do desempenho da sustentabilidade, ao nível dos países, das regiões, das comunidades locais, das actividades económicas, organizações públicas e privadas, políticas, missões, projectos, actividades, produtos e serviços (Ramos, 2004).

As iniciativas regionais de desenvolvimento sustentável, em particular os indicadores, e os instrumentos relacionados, podem desempenhar um papel importante como suporte para avaliar as assimetrias intra e inter-regionais, permitindo fazer a ponte entre as realidades locais e nacionais (Ramos, 2007).

Em síntese, os indicadores podem servir um conjunto alargado de aplicações, consoante os objectivos em causa, das quais se destacam as seguintes (DGA, 2000):

- *Atribuição de recursos* – suporte de decisões, ajudando os decisores ou gestores na atribuição de fundos, alocação de recursos naturais e determinação de prioridades;
- *Classificação de locais* – comparação de condições em diferentes locais ou áreas geográficas;
- *Cumprimento de normas legais* – aplicação a áreas específicas para clarificar e sintetizar a informação sobre o nível de cumprimento das normas ou critérios legais;
- *Análise de tendências* – aplicação a séries de dados para detectar tendências no tempo e no espaço;
- *Informação ao público* – informação ao público sobre os processos de desenvolvimento sustentável;
- *Investigação científica* – aplicações em desenvolvimentos científicos servindo nomeadamente de alerta para a necessidade de investigação científica mais aprofundada.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), com o apoio e coordenação científica da Universidade do Algarve (UALG), desenvolveu o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve), com o intuito de avaliar e comunicar o desempenho sustentável da região, com vista à melhoria dos padrões de qualidade ambiental, equidade social e eficiência económica, bem como ao aumento da consciência pública e participação dos cidadãos.

A metodologia adoptada foi suportada por um modelo participativo, que beneficiou do contributo de um conjunto de partes interessadas, designadamente instituições da administração pública local e central, agentes económicos, organizações não governamentais e público em geral.

Os indicadores que integram o SIDS Algarve, para além de permitirem a monitorização da sustentabilidade da região do Algarve, podem constituir uma ferramenta de avaliação e análise da implementação dos diversos instrumentos estratégicos existentes, ao nível nacional e regional, ou mesmo transfronteiriço.

Neste sentido, são vários os instrumentos que abrigam iniciativas de cooperação transfronteiriça que tem como objectivo principal promover o desenvolvimento integrado

entre as regiões transfronteiriças de Portugal e Espanha, especificadamente as regiões fronteiriças vizinhas, da região do Algarve e a Comunidade autónoma da Andaluzia, designadamente:

- Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha (POCTEP);
- Observatório de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia (OCT - AAA);
- Observatório Transfronteiriço para a Sustentabilidade Portugal/ Espanha (OTS P/E);

Não obstante os ganhos que advêm da valorização da cooperação transfronteiriça a nível regional, os contactos transfronteiriços entre Portugal e Espanha têm ocorrido, de forma quase exclusiva, a dois níveis: o inter-estatal e o local. Ao nível inter-estatal traduziram-se por reuniões periódicas de carácter diplomático, estritamente dependentes do estado das relações políticas entre os dois países, visando essencialmente regular o aproveitamento hidroeléctrico dos rios transfronteiriços e a construção de pontes internacionais. Ao nível local traduziram-se, por relações reais entre vizinhos da fronteira, reguladas por costumes ancestrais, na sua maioria aceites pela entidade estatal, resultantes da necessidade de resolução de questões sobre o uso de águas comuns para consumo humano, regadio, alimentação do gado ou pesca. Este contacto entre as populações vizinhas sempre se manteve independente das características do relacionamento entre os dois países (CEI, 2004).

O desenvolvimento e a criação de mecanismos de cooperação transfronteiriça exige, por isso, o rigoroso conhecimento das características e da natureza dos relacionamentos económicos, culturais, institucionais e sociais já existentes, e em desenvolvimento, entre as regiões envolvidas no processo de cooperação.

Desta forma, destacam-se alguns aspectos positivos da cooperação entre regiões transfronteiriças (GIT- AAA, 2006):

- Transferência de informação, do saber-fazer e de conhecimentos;
- Incremento das relações económicas e estabelecimento de relações continuadas com entidades espanholas e portuguesas;
- Promoção e divulgação dos recursos endógenos ao nível dos sistemas educativos, de acções de formação profissional e da educação para a saúde;
- Troca de processos e métodos de trabalho do ordenamento político-legal, da língua e da cultura, e sobretudo, da aprendizagem de uma cultura de trabalho em parceria.
- Intercâmbio de experiências entre profissionais das regiões consideradas e absorção de novas metodologias, bem como promoção dos respectivos territórios e a importância de “discutir” metas/objectivos comuns.

E por outro lado, destacam-se os problemas e necessidades regionais transfronteiriças, nomeadamente (GIT- AAA, 2006):

- Dificuldades que surgem decorrentes da incipiente experiência de cooperação, e insuficiências no funcionamento das estruturas comuns, agravadas por diferenças culturais e barreiras linguísticas;
- Limitações em recursos financeiros, humanos e técnicos;
- Constrangimentos decorrentes de disposições jurídicas, orientações e barreiras políticas nacionais;
- Constrangimentos decorrentes de diferenças nos figurinos de competências, organização e funcionamento das estruturais locais e regionais;

O presente documento objectiva apresentar uma proposta preliminar de indicadores transfronteiriços de desenvolvimento sustentável (ITDS) comuns, que permitam comunicar a todos: decisores políticos, comunidade científica, grupos de interesse, cidadão comum, entre outros, sobre o desempenho, em termos de sustentabilidade, da região transfronteiriça.

O âmbito do presente trabalho diz respeito às regiões fronteiras entre Portugal e Espanha, designadamente a região do Algarve e a Comunidade Autónoma da Andaluzia. Todavia, considera-se importante ressaltar a evidente desproporção das regiões envolvidas em que a região de Andaluzia, por si só, tem uma dimensão geográfica, económica e populacional equivalente a um país, de modo que importa relatar com maior incidência, por razões de proximidade geográfica e de fontes informação, as relações entre a província de Huelva e a região do Algarve, ambas unidades territoriais estatísticas de nível 3 (NUTS III).

Dada a inexistência de uma estratégia transfronteiriça de desenvolvimento sustentável formal, pretende-se ainda relacionar os ITDS comuns com os documentos e ou futuros planos estratégicos transfronteiriços existentes.

Os indicadores-base que constituem o SIDS Algarve são preponderantes na obtenção do conjunto de ITDS comuns propostos.

O presente documento encontra-se estruturado em cinco capítulos principais e uma secção de anexos. Os capítulos traduzem o corpo fulcral do trabalho desenvolvido, enquanto que nos anexos, encontra-se disponível a informação complementar e/ou acessória à realização do mesmo.

2. BREVE ENQUADRAMENTO SOBRE A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE PORTUGAL/ESPANHA: ALGARVE/ANDALUZIA

A integração de Portugal e Espanha no espaço económico e político europeu contribuiu, não só, para a atenuação do efeito de fronteira como para a abertura de uma vasta área de oportunidades no âmbito da cooperação entre as regiões fronteiriças (IFDR, 2007).

Desde 1990, que as regiões fronteiras portuguesas e espanholas têm vindo a beneficiar dos apoios sucessivos atribuídos através do programa de iniciativa comunitária **INTERREG**, na sua vertente **A – Cooperação Transfronteiriça entre regiões fronteiriças vizinhas**, criado com o objectivo de desenvolver a cooperação económica e social através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento comum.

No que diz respeito à cooperação entre as regiões fronteiriças do Algarve e Andaluzia, a primeira grande acção conjunta, resultante do INTERREG I A, consistiu na construção da Ponte Internacional do Guadiana (1992), à qual se seguiram várias iniciativas de projectos de cooperação, desde encontros empresariais entre as Associações Empresariais do Algarve e as congéneres Andaluzas, a realização de cursos de português e castelhano, a realização de jornadas de cooperação, e a realização de seminários, entre outros. Em 1994, é assinado, em Vilamoura, um Protocolo de Cooperação entre os 16 municípios do Algarve e 14 províncias de Huelva (GIT-AAA, 2008a).

Por conseguinte, em 1995, já no decorrer do INTERREG II A, é assinado um protocolo de cooperação transfronteiriça, entre a Comissão de Coordenação da Região do Algarve e a Junta da Andaluzia, que cria a **Comunidade de Trabalho “Algarve-Andaluzia”**, com o objectivo de estabelecer a cooperação e a assistência mútua na preparação, articulação, acompanhamento e avaliação das acções conjuntas ou de interesse comum para as duas regiões, designadamente nos seguintes sectores (GIT- AAA, 2008b):

- ⊕ Transportes e comunicações;
- ⊕ Desenvolvimento económico, social e ordenamento do território;
- ⊕ Recursos hídricos, ambiente e protecção da natureza;
- ⊕ Turismo, cultura e património;
- ⊕ Comércio, indústria e serviços de apoio a empresas;
- ⊕ Agricultura e pecuária;
- ⊕ Pescas e aquacultura;
- ⊕ Formação, educação e investigação;
- ⊕ Saúde, juventude e desporto.

Em 2002, com o objectivo de promover e regular juridicamente a cooperação transfronteiriça, é assinada a “**Convenção de Valência sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais**”, entre Portugal e Espanha. As instâncias territoriais correspondem às colectividades e autoridades territoriais de natureza pública que exerçam funções de âmbito regional e local, nos termos do direito interno português, designadamente as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e os municípios ou associações de municípios. Enquanto que as entidades territoriais correspondem às Comunidades Autónomas e entidades locais, existentes no direito interno espanhol, como por exemplo, as províncias, as comarcas, as entidades que agrupem municípios, entre outras.

A “Convenção de Valência” foi ratificada pelo Decreto-lei n.º 11/2003 de 1 de Março e aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 13/2003 de 1 de Março. Através deste diploma é criada a Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça – um órgão intergovernamental responsável pela supervisão e avaliação da aplicação da Convenção – e o mais recente instrumento impulsor para o desenvolvimento comum e para novas áreas de integração económica, social e cultural.

No mesmo ano, é efectivamente criado o **Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo–Algarve–Andaluzia (GIT–AAA)**, já previsto no texto dos protocolos de cooperação assinados entre a Junta de Andaluzia e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e Alentejo. A operacionalização do GIT apenas foi concretizada em 2004 com os apoios provenientes do programa comunitário INTERREG III A.

O GIT - AAA, foi concebido com o objectivo de apoiar as autoridades regionais no desenvolvimento das políticas de cooperação que se estabeleçam entre as regiões, organizando-se em torno de três pólos sediados na CCDR do Algarve, CCDR do Alentejo e na Junta de Andaluzia.

Para estruturação da sua actividade foram definidas 4 grandes áreas de actuação:

- i) Dinamização das Comunidades de Trabalho & Programa INTERREG III;
- ii) Dinamização e Fomento do Desenvolvimento Transfronteiriço;
- iii) Programa Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço;
- iv) Métodos de Informação para o Território Transfronteiriço.

A actuação conjunta das três regiões pretende obter resultados muito concretos em termos de desenvolvimento da cooperação nestas regiões de fronteira, dos quais se destacam a criação do **Observatório da Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia (OCT -AAA)** e a elaboração de um *Plano Estratégico de Cooperação Transfronteiriça entre as regiões de Andaluzia–Algarve– Alentejo*.

O OCT-AAA pretende criar dispositivos de observação de carácter transfronteiriço articulados em rede, com vista a antecipar e a acompanhar os processos de cooperação local, regional e transfronteiriça, no seu impacto sobre o desenvolvimento regional e local, na óptica de uma gestão sustentável dos recursos humanos, do desenvolvimento e da coesão social, da melhoria da competitividade empresarial e institucional e da promoção da cidadania nas zonas raianas (GIT-AAA, 2008c).

O OCT-AAA fundamentar-se-á na criação e análise de indicadores que incidam sobre as actividades de cooperação e relacionamento transfronteiriço que permitam comparar a realidade observada em cada uma das regiões por si abrangidas. A criação deste instrumento assenta no pressuposto de que é necessário recolher informação que auxilie a tomada de decisões adequadas à consecução de mais elevados níveis de coesão económica e social entre as regiões transfronteiriças (GIT-AAA, 2008c).

A concretização do OCT-AAA baseia-se na implantação de 3 eixos estratégicos: i) implementar, consolidar e otimizar os recursos (humanos, tecnológicos e financeiros), ii) promover, reforçar e valorizar a cooperação transfronteiriça, incrementando novas iniciativas e iii) monitorizar e avaliar de modo sistémico as respectivas actividades (GIT-AAA, 2008c).

Dada a inexistência de um estudo global que servisse de referência geral para ambas as partes, e que permitisse uma abordagem não fragmentada das relações entre a Andaluzia e

Portugal, em Janeiro de 2006, foi celebrado o “**Convénio para constituição de linha investigação sobre Relações Portugal – Andaluzia**”, que visa a execução de um estudo de investigação, com especial enfoque nas relações transfronteiriças, e cujas conclusões sirvam de eixo de referência para o futuro desenvolvimento do “Plano Estratégico Transfronteiriço Andaluzia – Algarve – Alentejo” (GIT-AAA, 2008d).

Segundo o referido acordo a execução dos trabalhos de investigação são da responsabilidade da Universidade de Sevilha em conjunto com as Universidades do Algarve e de Évora. Para a realização dos trabalhos, devem contribuir também a Secretaria-geral de Acção Externa da Junta de Andaluzia, a CCDDR Alentejo e a CCDDR do Algarve. A participação destes organismos realizar-se-á através do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (GIT).

Em Abril de 2006, ainda segundo o enquadramento do projecto europeu INTERREG III A - TRADES 21, foi estabelecido um protocolo de cooperação transfronteiriça que cria o **Observatório Transfronteiriço para a Sustentabilidade Portugal/ Espanha (OTS Portugal/ Espanha)**, cujo o âmbito de aplicação inclui as regiões fronteiras da região do Algarve e da província de Huelva. As entidades fundadoras do projecto foram os municípios de Tavira, Loulé e Faro, e o Ayuntamiento de Punta Umbria, a Universidade de Huelva, a Junta de Andalucia - Consejería de Medioambiente, e a CCDDR do Algarve.

A origem do OTS Portugal/ Espanha surgiu, por um lado, da necessidade em proceder à organização da informação dispersa, resultante das mais diversas iniciativas regionais e transfronteiriças, em matéria de sustentabilidade, e por outro, devido à necessidade de um instrumento estratégico que apoiasse as múltiplas tomadas de decisão ao nível da implementação das Agendas 21 Locais.

O OTS Portugal/ Espanha enquanto instrumento de informação e de comunicação, em matéria ambiental, social e económica, poderá assim disponibilizar a todos os agentes interessados e entidades públicas dados estatísticos, estudos e análises qualitativas que permitam criar espaços de debate, reflexão, mas também de decisão. De modo que, o Observatório pretende, a curto e a médio prazo, tornar-se um instrumento de referência, com carácter institucional, em processos de sustentabilidade e cooperação transfronteiriças e ao mesmo tempo conseguir que as propostas que se determinem tenham reflexo nas decisões territoriais e sejam assumidas pelos responsáveis políticos. Numa perspectiva a longo prazo pretende ainda promover a criação da futura “Rede Transfronteiriça para o Desenvolvimento Sustentável”, que aglutinará numerosas entidades e organismos, públicos e privados, que trabalham pela sustentabilidade dos seus territórios.

Ao longo das três gerações do Programa INTERREG, que terminou em 2006, o amadurecimento do processo de cooperação transfronteiriça traduziu-se, não só no aumento progressivo das interações entre os dois lados da fronteira, mas também na qualidade dessas mesmas interações, que evoluiu de uma cooperação de nível básico através do aproveitamento unilateral das oportunidades impulsionadas pelos fundos disponíveis, para uma cooperação plena, envolvendo a concepção, operacionalização e gestão conjunta das diversas intervenções.

Assim, em 2007, em resultado da nova programação dos fundos europeus para 2007-2013, surge, como sucessor do INTERREG IIIA, o **Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEC) 2007-2013** que visa promover o desenvolvimento das zonas fronteiriças entre Espanha e Portugal.

O POCTEC 2007-2013 pretende reforçar as relações económicas e as redes de cooperação já existentes, e que se têm vindo a desenvolver desde 1990, inicialmente com a execução

de projectos de infra-estruturas, e às quais progressivamente se associaram outros sectores como o turismo, os serviços sociais, o meio ambiente, a inovação tecnológica, a saúde, a educação ou a cultura (IFDR, 2007).

O novo programa de cooperação transfronteiriça desenvolve-se em 4 eixos prioritários fundamentais, nomeadamente a “Cooperação e Gestão conjunta”:

- i) " para o fomento da competitividade e a promoção do emprego";
- ii) " em ambiente, património e a prevenção de riscos";
- iii) " no ordenamento do território e acessibilidades";
- iv) " para a integração socio-económica e institucional".

O âmbito de aplicação do programa inclui 17 regiões NUTS III fronteiriças, que se encontram estruturadas em 5 áreas de cooperação de modo a respeitar as particularidades das regiões, e que constituem a maior fronteira interior da União Europeia. A região do Algarve insere-se na área de cooperação – **Alentejo/Algarve/Andaluzia**.

Na figura 1, apresentam-se as regiões NUTS III abrangidas na área de cooperação – Alentejo/Algarve/Andaluzia do POCTEP 2007-2013, nas quais se destacam o Algarve e Huelva, bem como as regiões adjacentes, também integradas no programa comunitário.



Figura 1. Regiões transfronteiriças (NUTS III) abrangidas na área de cooperação Alentejo/Algarve/Andaluzia do POCTEP 2007-2013.

3. METODOLOGIA ADOPTADA

A metodologia adoptada para a proposta de Indicadores Transfronteiriços de Desenvolvimento Sustentável (ITDS) comuns é apresentada de forma esquemática na figura 2.

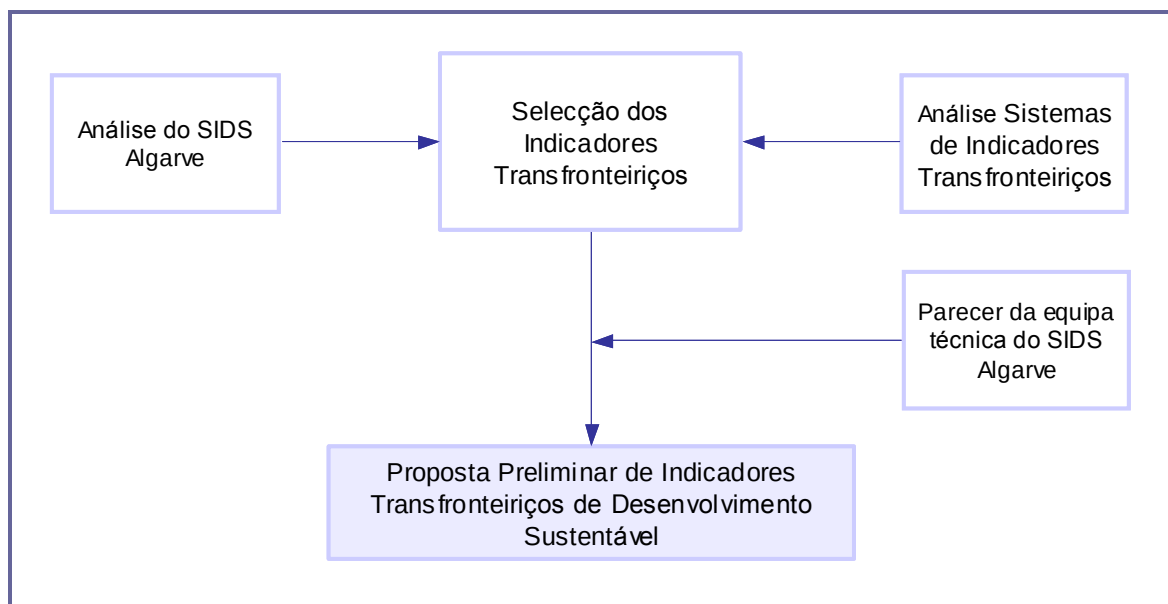


Figura 2. Metodologia adoptada para a proposta de ITDS.

A selecção dos ITDS resultou inicialmente, da análise do conjunto de indicadores definidos no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve), por constituírem uma ferramenta de avaliação e análise da implementação dos diversos instrumentos estratégicos existentes ao nível regional, e por possibilitarem a articulação da monitorização entre regiões transfronteiriças.

A revisão bibliográfica de sistemas de indicadores transfronteiriços, ambientais e de desenvolvimento sustentável, permitiu analisar as principais iniciativas internacionais neste domínio. O processo de selecção de ITDS foi suportado pela análise efectuada a três sistemas de indicadores considerados relevantes no contexto da cooperação transfronteiriça, quer entre países, como entre regiões fronteiras, nomeadamente:

- Sistema de Indicadores dos Países Nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, e as regiões autónomas: Ilhas Faroe, Gronelândia e Åland);
- Sistema de Indicadores binacional “*Niagara- Buffalo*” (E.U.A. e Canadá);
- Sistema de Indicadores transfronteiriços “*Border 2012: USA-Mexico*” (E.U.A e México);

Adicionalmente foram ainda considerados dois sistemas de indicadores de organismos de referência ao nível da cooperação entre regiões fronteiras de Portugal e Espanha, designadamente:

- Sistema de Indicadores do Observatório Territorial Alentejo/ Extremadura (OTALEX); e
- Sistema de Indicadores do Observatório Transfronteiriço para a Sustentabilidade Portugal/Espanha: Algarve/Andaluzia (OTS Portugal/ Espanha).

De modo a facilitar a análise comparativa dos indicadores dos sistemas internacionais e do SIDS Algarve foi elaborada uma matriz que permitiu, não só, a identificação dos indicadores com base num processo de apreciação por frequência, mas também, o reconhecimento de outros que possam eventualmente ser considerados relevantes para a região transfronteiriça Algarve-Andaluzia. Os indicadores foram inseridos na matriz conforme as quatro dimensões de sustentabilidade: económica, social, institucional e ambiental, sendo agrupados por tema.

No total foram analisados 240 indicadores, agrupados em 24 áreas temáticas (I.1 no Anexo I.1), que resultam da análise de 2 sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável (SIDS) desenvolvidos à escala internacional e do SIDS Algarve, e de dois Sistemas de Indicadores Ambientais (SIA).

Uma vez que dois dos sistemas de indicadores analisados compreendem apenas indicadores ambientais (*i.e.* *Border* 2012 e o OTALEX), todavia considerados importantes no contexto nacional e transfronteiriço, analisou-se a frequência dos indicadores da componente ambiental do conjunto dos sistemas, em separado das restantes componentes.

Os indicadores económicos, sociais e institucionais, foram seleccionados através de uma frequência igual ou superior a 2, enquanto os indicadores ambientais foram seleccionados se apresentavam uma frequência igual ou superior a 3 (*vide* tabela I.2 no Anexo I.2).

Os indicadores do OTS Portugal/ Espanha não foram integrados na avaliação da frequência, sendo apenas utilizados para aferir o conjunto obtido

A selecção do conjunto de indicadores, aplicáveis à escala transfronteiriça, foi realizada tendo em consideração a sua relevância e exequibilidade, de modo que, estes possam constituir um instrumento simples e eficaz de comunicação e apoio à decisão e aos processos de gestão da sustentabilidade da região transfronteiriça entre Algarve/Andaluzia.

Depois de seleccionados todos os indicadores que irão incorporar a proposta, foi realizada uma apreciação do conjunto (*vide* tabela I.2 no Anexo I.2) por parte dos membros da equipa técnica do projecto SIDS Algarve, de modo a aferir a lista final de indicadores (*vide* tabela 7 do Capítulo 3.3). No final os indicadores que constituem a actual proposta foram agrupados por áreas temáticas, de forma a facilitar a comunicação com todas as partes interessadas, procurando ainda reflectir domínios que apresentem relevância política.

3.1. ANÁLISE DOS SISTEMAS TRANSFRONTEIRIÇOS SELECIONADOS

A proposta dos indicadores de sustentabilidade transfronteiriça foi efectuada com base nos seguintes sistemas transfronteiriços de indicadores, considerados relevantes a nível internacional (tabela 1, 2, 3,4,5):

Tabela 1. Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável dos Países Nórdicos.

Título da iniciativa	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável dos Países Nórdicos - Estratégia de Desenvolvimento Sustentável dos Países Nórdicos:
Organismo(s) responsável(eis)	O conselho de Ministros dos Países Nórdicos e o Conselho Nórdico (Nordic Council) são responsáveis pela implementação da estratégia. O conselho Nórdico tem um papel consultivo e de monitorização dos processos de cooperação Existem dois grupos de trabalho responsáveis pelo sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: o <i>Nordic Working Group on Monitoring and Data</i> e o <i>Nordic Indicator Group</i>
Descrição do(s) Objectivo(s)	O Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável dos Países Nórdicos, pretende comunicar ao público e aos decisores políticos sobre o desempenho sustentável da região nórdica, e avaliar o cumprimento dos objectivos e metas estabelecidos na Estratégia de Desenvolvimento Sustentável dos Países Nórdicos.
Âmbito geográfico	Multinacional
Âmbito de aplicação	Os Países Nórdicos incluem os seguintes países: Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, e as regiões autónomas: Ilhas Faroe, Gronelândia e Åland.
Publicações	<i>Sustainable Development - New Bearings for the Nordic Countries. Revised edition with goals and measures for 2005–2008.</i> (www.norden.org/pub/ovrigt/baeredygtig/uk/ANP2004782.pdf) <i>Focus on Sustainable Development Nordic Indicators 2006</i> (www.norden.org/pub/ovrigt/baeredygtig/sk/N2006003.pdf).
Sede das iniciativas	Norden - <i>Official co-operation in the Nordic region</i>
Sítio da Web	www.norden.org/
Tipologia das iniciativas/acções	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável dos Países Nórdicos. O Sistema é composto por 84 indicadores, subdivididos em 12 áreas temáticas. Inclui ainda um subconjunto de 23 indicadores-chave.
Propósito das iniciativas Intended Use Of Initiative	Avaliação e comunicação em matéria de ambiente e sustentabilidade. Integra as componentes: ambiental, económica, social e institucional.
Modelo conceptual	Áreas temáticas, PSR (Pressão-Estado-Resposta) (?)
Áreas temáticas	Consumo e produção sustentáveis (9); Dimensão social (11); Transporte (4); Energia (9); Mar (4); Químicos (6); Saúde e segurança alimentar (6); Clima e qualidade do ar (10); Biodiversidade no território natural e cultural (13); Agricultura (4); Floresta (8); Pesca e aquacultura (6);
Tipologia das organizações envolvidas	Governamental/
Participação pública	?
Periodicidade da publicação	3 anos
Acesso público à informação de suporte	Não

▪ **Tabela 2.** Sistema binacional da região Buffalo/Niagara (E.U.A/Canadá).

Título da iniciativa	Projecto “Estado da Região Buffalo-Niagara” (<i>State of the Region Buffalo-Niagara</i>)
Organismo(s) responsável(eis)	Instituto para a Governação Local e Desenvolvimento Regional de Buffalo (<i>Institute for Local Governance & Regional Growth at the University at Buffalo</i>)
Descrição do(s) Objectivo(s)	Com base na premissa “não se pode gerir o que não se pode medir”, o Instituto Regional da Universidade de Buffalo criou, em 1998, o projecto “Estado da Região Buffalo-Niagara” (<i>State of the Region</i>) para comunicar e monitorizar o desempenho da região em 11 áreas temáticas. O principal objectivo do projecto “ <i>State of the Region</i> ” consiste em estabelecer uma base para o conhecimento, tomada de decisão e desempenho da região. Para alcançar os objectivos, em termos de competitividade e qualidade de vida da região “ <i>Buffalo Niagara</i> ”, a equipa do projecto estabeleceu objectivos de curto e longo prazo, para cada indicador, nas 11 áreas temáticas.
Âmbito geográfico	Binacional/região metropolitana
Âmbito de aplicação	A região situa-se na fronteira entre o Canadá e EUA e inclui 8 províncias (county) do Estado de Nova Iorque Ocidental (Western New York) (<i>Allegany, Cattaraugus, Chautauqua, Erie, Genesee, Niagara, Orleans, and Wyoming</i>) e 8 áreas metropolitanas do estado de Niagara; e a área metropolitana das cidades de <i>Hamilton- Wentworth</i> no sul de Ontário (Southern Ontário).
Publicações	(1999) <i>State of the Region: Performance Indicators for the Buffalo-Niagara Region in the 21st Century: Baseline report.</i> (http://regional-institute.buffalo.edu/sotr/report99.cfm); (2000) <i>State of the Region Progress Report for the Buffalo-Niagara Region:</i> (http://regional-institute.buffalo.edu/sotr/report00.cfm); (2002) <i>State of the Region Progress Report: Equity in Buffalo-Niagara</i> (http://regional-institute.buffalo.edu/sotr/report02.cfm); Em 2005, o projecto “Estado do desempenho da região” passa ter um formato “online” associado a um portal interactivo na web,
Sede das iniciativas	The Regional Institute, University at Buffalo: The State University of New York
Sítio da Web	http://regional-institute.buffalo.edu/sotr
Tipologia das iniciativas/acções	Sistema de Indicadores de desempenho do estado da região; Formato online
Propósito das iniciativas	Monitorização e comunicação do desempenho da região. O sistema de indicadores é composto por 112 indicadores, agrupados em 11 áreas temáticas.
Modelo Conceptual	Áreas temáticas
Áreas temáticas	Economia (10); Ambiente (11); Governação (11); Educação (10); Tecnologia e Informação (9); Saúde (10); Segurança Pública (10); Serviços Sociais (10); Igualdade (10); Uso do Solo e Ordenamento do Território (11); Recursos Regionais (10).
Tipologia das organizações envolvidas	Académica / Investigação
Participação pública	Cidadãos; actores-chave.
Periodicidade da publicação	Divulgação <i>online</i> , sendo a informação disponibilizada numa base continua, sempre que se justifique.
Acesso público à informação de suporte	Sim

Tabela 3. Sistema de Indicadores Ambientais Transfronteiriços “Border 2012:U.S-Mexico”.

Título da iniciativa	Border 2012/Frontera 2012 – Programa Ambiental Transfronteiriço E.U.A – México (Border 2012 – United States, Mexico Border Environmental Program)
Organismo(s) responsável(eis)	Agência de Protecção Ambiental dos E.U.A. (USEPA) e Secretariado para o Ambiente, Recursos Naturais e Pesca do México (United States Environmental Protection Agency (USEPA) & Mexican Secretariat for Environment, Natural Resources and Fisheries)
Descrição do(s) Objectivo(s)	O Programa binacional “Border 2012” tem como missão a protecção do ambiente e da saúde pública, na região transfronteiriça dos E.U.A e México, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. O Programa estabelece objectivos e as metas a alcançar. Os seis objectivos estabelecidos no Programa “Border 2012” são: i) reduzir a contaminação da água; ii) reduzir a poluição atmosférica; iii) reduzir a contaminação do solo; iv) melhorar a saúde ambiental; v) melhorar a preparação e resposta a emergências e vi) aumentar a responsabilidade ambiental.
Âmbito geográfico	Binacional/ Regional/Local
Âmbito de aplicação	A região transfronteiriça compreende os municípios de 10 estados (4 americanos e 6 mexicanos) e 27 tribos nativas americanas. A região fronteira estende-se por 100 km em ambos os lados da fronteira internacional.
Publicações	BORDER 2012: U.S.-MEXICO ENVIRONMENTAL PROGRAM: INDICATORS REPORT 2005; BORDER 2012 IMPLEMENTATION AND MID-TERM REPORT 2007 (www.epa.gov/usmexicoborder/publications.html#implementation); STRATEGY FOR INDICATOR DEVELOPMENT REPORT (www.epa.gov/usmexicoborder/indicators.html#report)
Sede das Iniciativas	México, E.U.A
Sítio da Web	www.epa.gov/usmexicoborder/index.html
Tipologia das iniciativas/acções	Sistema de Indicadores Ambientais; Relatórios de Estado do Ambiente. O Sistema de Indicadores é composto por 18 indicadores, ambientais e de saúde pública.
Propósito das iniciativas	Indicadores Ambientais e de Saúde Pública e Indicadores de Desempenho Os indicadores utilizados pretendem avaliar e comunicar o desempenho da região face aos objectivos e metas ambientais e de saúde pública do programa transfronteiriço “Border 2012”. Monitorização das condições ambientais e de saúde pública da região e permite medir o progresso face aos objectivos/metast estabelecidos no programa.
Modelo conceptual	DPSIR (Actividades/Forças Motrizes-Pressão-Estado-Impacte-Resposta).
Áreas temáticas	Compreende 5 áreas temáticas: Água, Ar, Uso do Solo, Preparação e resposta a emergências; Fiscalização e cumprimento legal.
Tipologia das organizações envolvidas	Nacionais/federais
Participação pública	Consulta pública, processo de avaliação; Adopção de uma abordagem regional de baixo para cima (bottom-up) para estabelecer prioridades e tomar decisões.
Periodicidade da publicação	Bianual
Acesso público à informação de suporte	Não

Tabela 4. Sistema de Indicadores Ambientais Transfronteiriços do Observatório Territorial Alentejo/Extremadura (OTALEX).

Título da iniciativa	Observatório Territorial Alentejo/ Extremadura (OTALEX)
Organismo(s) responsável(eis)	A Junta da Extremadura (Chefe de Fila); Associação de Municípios do Norte Alentejo (AMNA), a Diputación de Badajoz, o Instituto Geográfico Nacional de Espanha, a Gerencia Regional del Cadastro en Extremadura, a Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e o Instituto Geográfico Português.
Descrição do(s) Objectivo(s)	O OTALEX é um Observatório Territorial e Ambiental da zona Alentejo-Extremadura e tem como objectivo a monitorização e análise de alterações decorrentes de fenómenos naturais e da actividade humana sobre o território. É constituída ainda por uma série de indicadores sócio-económicos e ambientais que caracterizam e monitorizam o território Alentejo-Extremadura. Estes indicadores foram previamente estudados, compilados e harmonizados, de forma a constituírem um repositório de informação sobre o território, comparável e quantificável.
Âmbito geográfico	Binacional, Regional, Local
Âmbito de aplicação	A região transfronteiriça compreende os municípios portugueses pertencentes ao Alentejo, ou seja os distritos de Évora, Beja e Portalegre, juntamente com quatro municípios do distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines) e as comarcas agrárias da Extremadura, ou seja as províncias de Badajoz e Cáceres
Publicações	Plataforma “online” associado a um portal interactivo na web.
Sede das iniciativas	Junta da Extremadura; AMNA; AMDE
Sítio da Web	http://www.amna.pt/index.asp?secao=otalex
Tipologia das iniciativas/acções	Sistema de Indicadores Ambientais. Inclui 42 indicadores, subdivididos em 11 áreas temáticas.
Propósito das iniciativas	Monitorizar e avaliar as diferentes transformações do território de baixa densidade Alentejo-Extremadura.
Modelo conceptual	Áreas temáticas,
Áreas temáticas	Ar (1); Água (6); Solo (6); Floresta (6); Pecuária (1); Caça (1); Desempenho Ambiental dos Espaços Urbanos (9); Ruído (1); Energia (3); Riscos Ambientais (5); Conservação da Natureza (3)
Tipologia das organizações envolvidas	Administração Central/ Administração Local/ Associações
Participação pública	?
Periodicidade da publicação	n.a.
Acesso público à informação de suporte	Sim

Tabela 5. Sistema de Indicadores Sócio-económicos e ambientais do Observatório Transfronteiriço para a Sustentabilidade Algarve/Andaluzia (OTS-AA).

Título da iniciativa	Observatório Transfronteiriço para a Sustentabilidade Algarve-Andaluzia (OTS-AA) – Sistema de Indicadores Transfronteiriços
Organismo(s) responsável(eis)	As entidades fundadoras do projecto: os municípios de Tavira, Loulé e Faro, e o Ayuntamiento de Punta Umbria, a Universidade de Huelva, a Junta de Andalucía - Consejería de Medioambiente, e a CCDR do Algarve.
Descrição do(s) Objectivo(s)	Pretende avaliar os resultados das medidas e actuações das agendas 21 locais. Elaboração do Plano Estratégico Transfronteiriço para o Desenvolvimento Sustentável.
Âmbito geográfico	Binacional, Regional, Local
Âmbito de aplicação	Regiões fronteiras da região do Algarve e da província de Huelva: Albufeira, Faro, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Tavira e VRS António, e os municípios andaluzes de Aljaraque, Cartaya, Huelva, Isla Cristina, Lepe, Palos de la Frontera e Punta Umbria.
Publicações	?
Sede das iniciativas	Universidade de Huelva
Sítio da Web	www.observatoriotransfronterizo.org/portugues/
Tipologia das iniciativas/acções	Sistema de Indicadores sócio-económicos e ambientais. Composto por 12 indicadores: i) Emprego temporário; ii) Situação das pessoas com mais de 65 anos de idade; iii) Cobertura de saúde pública; iv) Consumo de energia eléctrica <i>per capita</i> ; v) Gestão ambiental nas actividades turísticas; vi) Consumo doméstico de água por habitante; vii) Taxa de associativismo; viii) Educação ambiental; ix) Pressão territorial; x) Emigração; xi) Tratamento de águas; xii) Reciclagem de resíduos sólidos;
Propósito das iniciativas	Comunicar o desempenho.
Modelo conceptual	Áreas temáticas,
Áreas temáticas	Emprego; Pobreza e Exclusão Social; População e Migração; Saúde; Energia; Governança e cidadania; Água; Solos e Ordenamento do Território; Resíduos.
Tipologia das organizações envolvidas	Administração local/ Administração Central/ Académica
Participação pública	Sim
Periodicidade da publicação	?
Acesso público à informação de suporte	?

3.2. SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALGARVE (SIDS ALGARVE).

Tabela 6. Sistema de Indicadores de desenvolvimento sustentável do Algarve (SIDS Algarve).

Título da iniciativa	Sistema de Indicadores de desenvolvimento sustentável do Algarve
Organismo(s) responsável(eis)	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)/ Universidade do Algarve.
Descrição do(s) Objectivo(s)	Comunicar e monitorizar o desempenho sustentável da região do Algarve. Não existe Estratégia Regional de Desenvolvimento Sustentável. Os documentos estratégicos de referência utilizados: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável; Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013; Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve;
Âmbito geográfico	Regional, Local
Âmbito de aplicação	Região do Algarve.
Publicações	SIDS ALGARVE [COMPONENTE AMBIENTAL] PARTE I, II, E III (web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/tRelatorios_17.pdf) SINAIS AMBIENTAIS 2003 (web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/tRelatorios_5.pdf) RELATÓRIO DO ESTADO DO AMBIENTE 2003 (web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/tRelatorios_20.pdf)
Sede das iniciativas	CCDR Algarve
Sítio da Web	web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/tRelatorios_20.pdf
Tipologia das iniciativas/acções	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, composto por 130 indicadores-base, subdivididos em 22 áreas temáticas. Inclui ainda um subconjunto de 31 indicadores-chave e um subconjunto de 16 indicadores comuns para a escala local.
Propósito das iniciativas	Comunicar o desempenho.
Modelo conceptual	DPSIR (Actividades/Forças Motrizes-Pressão-Estado-Impacto-Resposta).
Áreas temáticas	Desenvolvimento económico; emprego; educação; população e migração; pobreza e exclusão social; saúde; segurança; cultura e lazer; governança e cidadania; investigação, desenvolvimento e tecnologia; mobilidade e transportes; energia; turismo; agricultura; florestas; pescas; ar e clima; água; natureza e biodiversidade; solos e ordenamento do território; ambientes marinhos e costeiros e resíduos.
Tipologia das organizações envolvidas	Administração local/ Administração Central/ Académica/ Agentes económicos/ Actores-chave
Participação pública	Sim
Periodicidade da publicação	?
Acesso público à informação de suporte	Sim

3.3. PROPOSTA PRELIMINAR “INDICADORES TRANSFRONTEIRIÇOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” (ITDS)

A proposta preliminar de “Indicadores Transfronteiriços de Desenvolvimento Sustentável” (ITDS), apresentada na tabela 7, reúne um conjunto de 40 indicadores-base que pretendem auxiliar a monitorização da sustentabilidade da região transfronteiriça e os efeitos da realização dos objectivos definidos nos documentos estratégicos.

O conjunto de indicadores propostos compreende as dimensões de sustentabilidade: económica, social, institucional e ambiental, e encontra-se organizado em 20 áreas temáticas, designadamente: Desenvolvimento económico (6); Emprego (1); Educação (2); População e Migração (1); Pobreza e Exclusão Social (1); Saúde (3); Segurança (1); Cultura e Lazer (2); Governança e cidadania (4); Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia (1); Turismo (2); Mobilidade e transportes (1); Energia (2); Agricultura e Florestas (3); Pescas (2); Ar e Clima (1); Água (2); Natureza e Biodiversidade (2); Solos e Ordenamento do Território (1); Resíduos (1).

Tabela 7. Proposta Preliminar de Indicadores Transfronteiriços Comuns de Desenvolvimento Sustentável: Algarve/ Andalusia.

	INDICADOR
	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (6)
1	Produto Interno Bruto Regional
2	Produtividade do trabalho
3	Comércio Internacional
4	Demografia empresarial
5	Investimento público e privado
6	Despesa e rendimento das famílias
	EMPREGO (1)
7	Desemprego
	EDUCAÇÃO (2)
8	Aprendizagem ao longo da vida
9	Nível de escolaridade da população activa
	POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO (1)
10	Evolução da população
	POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL (1)
11	Desigualdade na distribuição de rendimentos
	SAÚDE (3)
12	Estado nutricional da população
13	Acesso aos cuidados de saúde
14	Morbilidade segundo a causa
	SEGURANÇA (1)
15	Criminalidade
	CULTURA E LAZER (2)
16	Recursos e eventos culturais
17	Edifícios e locais históricos classificados
	GOVERNANÇA E CIDADANIA (4)
18	Cooperação regional
19	Instrumentos de gestão da sustentabilidade
20	Governo electrónico
21	Participação eleitoral

	INDICADOR
	INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA (2)
22	Investimento em I&D
23	Computadores e Internet
	TURISMO (2)
24	Intensidade turística
25	Taxa de ocupação
	MOBILIDADE E TRANSPORTES (1)
26	Transporte de passageiros e mercadorias
	ENERGIA (2)
27	Consumo de energia final
28	Produção de energia a partir de fontes renováveis
	AGRICULTURA E FLORESTAS (3)
29	Área destinada à agricultura biológica
30	Produtividade agrícola
31	Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal – ZIF
	PESCAS (2)
32	Descarga de pescado
33	Produção aquícola
	AR E CLIMA (1)
34	Qualidade do ar
	ÁGUA (2)
35	Consumo de água
36	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais
	NATUREZA E BIODIVERSIDADE (2)
37	Áreas sensíveis
38	Índice de aves comuns
	SOLOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (1)
39	Uso do solo
	RESÍDUOS (1)
40	Valorização e destino final de resíduos

4. A PROPOSTA PRELIMINAR E OS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS

O Programa Operacional para a Cooperação Transfronteiriça: Portugal-Espanha (POCTEP 2007-2013) é um documento estratégico de referência e reflecte as prioridades de cooperação transfronteiriça entre os dois países. Para além dos 18 indicadores de contexto, *i.e.* caracterização social, económica e ambiental do contexto sobre o qual incide o Programa, inclui um conjunto de indicadores que permitem não só monitorizar a realização dos objectivos propostos, como também avaliar os efeitos produzidos.

Na tabela 8 apresentam-se as orientações estratégicas, para a área de cooperação Alentejo-Andaluzia-Algarve (A-A-A), associadas aos eixos prioritários do POCTEP, e os indicadores transfronteiriços que integram a presente proposta preliminar, e que podem complementar e ser úteis para o seguimento e verificação dos respectivos objectivos.

Tabela 8. Indicadores de desenvolvimento sustentável por eixo prioritário do POCTEP.

EIXOS PRIORITÁRIOS	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	INDICADORES PRELIMINARES PROPOSTOS
EIXO 1 – FOMENTO DA COMPETITIVIDADE E A PROMOÇÃO DO EMPREGO	- Criar as condições para o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da Sociedade da Informação; - Potenciar o tecido económico e a inovação empresarial, como forma de revitalização deste território e como suporte de desenvolvimento das actividades turísticas	▪ Produto Interno Bruto Regional; ▪ Produtividade do trabalho; ▪ Computadores e Internet; ▪ Comércio Internacional; ▪ Investimento público e privado; ▪ Investimentos de capital de risco; ▪ Emprego;
EIXO 2 – AMBIENTE, PATRIMÓNIO E PREVENÇÃO DE RISCOS	- Criar um corredor verde articulando através do rio, as Áreas Protegidas e os Sítios da rede Natura 2000; - Recuperar e valorizar o património hidráulico, mineiro e industrial com interesse turístico e cultural; - Conservar as espécies florestais autóctones e o desenvolvimento do potencial ligado à criação de gado, especialmente de ovinos e, sobretudo, do porco ibérico;	▪ Áreas sensíveis; ▪ Espécies-chave; ▪ Acções de gestão e conservação da natureza; ▪ Edifícios e locais históricos classificados; ▪ Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal – ZIF; ▪ Área destinada à agricultura biológica
EIXO 3 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ACESSIBILIDADE	- Permeabilizar a fronteira através da construção de pontes entre as duas margens; - Potenciar as ciclovias em ambas as margens do rio proporcionando a conexão das Ecopistas do Alentejo com as Ecovias do Algarve e Andaluzia e a articulação com as vias verdes já existentes; - Renovar as aldeias ribeirinhas recuperando o património existente; - Promover condições de navegabilidade e segurança das embarcações diversificando a oferta turística (náutica de recreio e o turismo desportivo centrado no aproveitamento do Guadiana)	▪ Investimento público e privado; ▪ Transporte de passageiros ▪ Cooperação regional; ▪ Participantes em actividades amadoras; ▪ Recursos e eventos culturais;
EIXO 4 – INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E INSTITUCIONAL	- Promover acções de formação da língua espanhola - Implementar um observatório de cooperação transfronteiriça capaz de agilizar os projectos em curso ou em perspectiva - Dinamizar o Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças e a Comunidade de Trabalho - Implementar os protocolos de Cooperação e o Plano Estratégico de Cooperação Transfronteiriça	▪ Aprendizagem ao longo da vida; ▪ Acções de sensibilização e educação para o Desenvolvimento Sustentável; ▪ Cooperação regional; ▪ Governo electrónico; ▪ Eficiência das instituições públicas;
EIXO 5 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PROCESSO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA	- Participar nas estruturas de gestão do PO de Cooperação Transfronteiriça - Coordenar a nível regional a implementação das acções na área de cooperação Alentejo-Algarve- Andaluzia	▪ Cooperação regional; ▪ Eficiência das instituições públicas

No âmbito do *Observatório de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Andaluzia-Algarve* (OCT- AAA), e de acordo com estudo preparatório do contributo da CCDR Algarve para o ambicionado “*Plano Estratégico sobre Cooperação Transfronteiriça Algarve-Andaluzia*”, as áreas prioritárias de intervenção podem agrupar-se em três grandes grupos de acção:

I. O ordenamento e infraestruturação da bacia do Guadiana enquanto pólo de diversificação e consolidação da oferta turística das duas regiões.

II. O aprofundamento da cooperação das instituições dos Sistemas Científicos e Tecnológico das duas regiões.

II. A consolidação da Comunidade de Trabalho Algarve Andaluzia.

Na tabela 9 apresentam-se alguns indicadores que no futuro podem auxiliar a monitorizar as acções preconizadas no âmbito do OCT-AAA para as áreas estratégicas identificadas como potenciais áreas de cooperação transfronteiriça, segundo o contributo dado pela CCDR Algarve para o “*Plano Estratégico sobre Cooperação Transfronteiriça Algarve-Andaluzia*”.

Tabela 9. Indicadores transfronteiriços desenvolvimento sustentável por potenciais áreas estratégicas do OCT-AAA.

POTENCIAIS ÁREAS ESTRATÉGICAS	INDICADORES PRELIMINARES
→ INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	- Recursos humanos em I&D; - Computadores e Internet; - Patentes;
→ SAÚDE	- Estado nutricional da população - Esperança de vida à nascença - Mortalidade segundo a causa - Morbilidade segundo a causa - Comportamentos de risco - População exposta a ruído ambiente
→ NOVAS TECNOLOGIAS	- Investimento público e privado; - Investimentos de capital de risco; - Recursos humanos em I&D; - Patentes;
→ ENERGIAS ALTERNATIVAS	Produção de energia a partir de fontes renováveis
→ TURISMO CINEGÉTICO	- Cooperação regional; - Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal - ZIF - Áreas sensíveis - Espécies-chave/ Índice de aves comuns - Acções de gestão e conservação da natureza
→ NÁUTICA DE RECREIO EM ASSOCIAÇÃO COM TURISMO	- Comércio Internacional; - Recursos e eventos culturais - Participantes em actividades amadoras
→ GOLFE	- Consumo de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos - Comércio Internacional; - Emprego;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da sustentabilidade considera uma abordagem intra e inter-geracional das componentes: ambiental, económica e social e constitui uma prioridade para muitos países e regiões. Este processo pode ser efectuado através de diferentes abordagens e metodologias, das quais se destacam os indicadores, como um instrumento de grande utilidade, não só para a monitorização como para a comunicação da sustentabilidade, a nível nacional, regional, local e transfronteiriço.

No presente documento é apresentada uma proposta preliminar de um conjunto de Indicadores Transfronteiriços de Desenvolvimento Sustentável (ITDS) comuns, aplicável às regiões fronteiras de Algarve -Andaluzia.

A selecção dos ITDS comuns resultou da análise e avaliação do conjunto de indicadores dos sistemas internacionais considerados, de âmbito transfronteiriço, e do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve). Os indicadores-base que constituem o SIDS Algarve foram preponderantes na obtenção do conjunto de ITDS comuns propostos. O processo de selecção dos ITDS compreendeu a participação dos membros da equipa técnica do projecto SIDS Algarve, nomeadamente na apreciação do conjunto final de indicadores.

A proposta preliminar de “Indicadores Transfronteiriços de Desenvolvimento Sustentável” (ITDS) reúne um conjunto de *40 indicadores-base*, que compreendem as dimensões de sustentabilidade: económica, social, institucional e ambiental, e encontram-se organizados em *20 áreas temáticas*, designadamente: Desenvolvimento económico (6); Emprego (1); Educação (2); População e Migração (1); Pobreza e Exclusão Social (1) Saúde (3); Segurança (1); Cultura e Lazer (2); Governança e cidadania (4); Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia (1); Turismo (2); Mobilidade e transportes (1); Energia (2); Agricultura e Florestas (3); Pescas (2); Ar e Clima (1); Água (2); Natureza e Biodiversidade (2); Solos e Ordenamento do Território (1); Resíduos (1).

O sistema de indicadores proposto não fornece um conjunto fechado e definitivo, constituindo um ponto de partida para a consolidação e aperfeiçoamento desta ferramenta. De modo que pretende-se com a actual proposta preliminar de ITDS comuns, contribuir para a avaliação e comunicação da sustentabilidade entre a região do Algarve e a comunidade da Andaluzia, desde há muito parceiros tradicionais.

A proposta preliminar apresentada poderá ser um primeiro contributo para a integração de um subconjunto no SIDS Algarve capaz de monitorizar a sustentabilidade, no âmbito da cooperação transfronteiriça, entre a região do Algarve e a comunidade da Andaluzia, ou a província de Huelva, desde há muito parceiros tradicionais.

Alguns dos indicadores transfronteiriços agora apresentados podem também ser utilizados para monitorizar, à escala local, a sustentabilidade dos municípios fronteiriços, nomeadamente no contexto das agendas 21 locais ou quaisquer outras estratégias transfronteiriças de desenvolvimento sustentável.

Para concluir importa referir que a viabilidade, qualidade e eficácia das soluções para a articulação das regiões fronteiras está fortemente dependente da organização das estruturas institucionais de suporte à cooperação transfronteiriça, e como tal os ITDS poderão fornecer uma ferramenta importante de apoio à tomada de decisão, contribuindo também para a comunicação do desempenho sustentável das regiões fronteiras e monitorização das desigualdades económicas, sociais e ambientais que ainda subsistem.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA/DCEA-FCT-UNL (Agência Portuguesa de Ambiente/ Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente-Faculdade de Ciências e Tecnologia-Universidade Nova de Lisboa) (2007). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável de Portugal (SIDS-Portugal)*. APA, Lisboa.

CCDR Algarve (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região do Algarve) (2004). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve [Componente Ambiental]*. CCDR Algarve, Faro.

CCDR Algarve (no prelo). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve*. CCDR Algarve, Faro.

DGA (Direcção Geral de Ambiente) (2000). *Proposta para um Sistema de indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. DGA, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.

GIT– AAA (Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças – Alentejo -Algarve -Andaluzia) (2006). *Estudo para a Criação do Observatório para a Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Centro-Algarve-Andaluzia-Extremadura*. Escuela Universitaria de Trabajo Social de la Universidad de Huelva: II Jornadas sobre cooperación y desarrollo del territorio transfronteirizo.19 de Janeiro de 2006.

GIT– AAA (2008a). *Cronologia da Cooperação Transfronteiriça recente*. «www.git-aaa.com». Acedido em Abril de 2008.

GIT_ AAA (2008b). *Protocolo de Cooperação Algarve-Andaluzia*. «www.git-aaa.com». Acedido em Abril de 2008.

GIT-AAA (2008c). *Observatório da Cooperação Transfronteiriça*. «www.git-aaa.com». Acedido em Abril de 2008.

GIT– AAA (2008d). *Convénio para constituição de linha investigação sobre Relações Portugal – Andaluzia*. «www.git-aaa.com». Acedido em Abril de 2008.

IFDR (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP) (2007). *Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal -Espanha, 2007-2013*.

Moura, T. & Pureza, J.M. (2004). *Desenvolvimento e Cooperação Internacional: Novas Institucionalidades e Modelos de Governação Transfronteiriça*. Centro de Estudos Ibéricos (CEIT): Coimbra Editora, Coimbra.

Ramos, T.B. (2004). *Avaliação de Desempenho Ambiental no Sector Público: Estudo do Sector da Defesa*. Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Doutoramento. ISBN: 972-99803-0-6. Lisboa.

Ramos, T.B. (2007). *The Role of Academia in the Development of Sustainability Indicators on a Regional Scale: The Portuguese Practice*. Vasteras, Sweden: 13th Annual International Sustainable Development Research Conference. 10-12 Junho de 2007.

ANEXOS

ANEXO I.1

No total, foram avaliados 240 indicadores, agrupados em 24 áreas temáticas, que resultam da análise de 3 sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável (SIDS) e de dois Sistemas de Indicadores Ambientais (SIA), desenvolvidos à escala internacional.

Tabela I.1. Avaliação do conjunto de indicadores dos sistemas analisados.

	INDICADOR	NB	PN	SIDS	F1	MB	OTALEX	F2	Total
	Desenvolvimento Económico								
1	Despesa e rendimento das famílias	X	X	X	3			0	3
2	Produto Interno Bruto Regional (PIB regional)		X	X	2			0	2
3	Produtividade do trabalho		X	X	2			0	2
4	Comércio Internacional	X		X	2			0	2
5	Investimento público e privado	X		X	2			0	2
6	Investimentos de capital de risco	X		X	2			0	2
7	Custos com a habitação	X		X	2			0	2
8	Investimento Directo Estrangeiro (IDE)			X	1			0	1
9	Grau de endividamento			X	1			0	1
10	Inflação			X	1			0	1
11	Demografia empresarial			X	1			0	1
12	Estrutura empresarial			X	1			0	1
13	Valor Acrescentado Bruto (VAB)			X	1			0	1
14	Produtos regionais			X	1			0	1
15	Poder de compra concelhio			X	1			0	1
16	Ganhos salários semanais	X			1			0	1
17	Custos dos negócios (índice)	X			1			0	1
18	Custo de vida (índice)	X			1			0	1
19	Custos dos transportes (rail costs)	X			1			0	1
20	Fontes de receitas do parque escolar	X			1			0	1
21	Contenção de custos	X			1			0	1
22	Reavaliação do valor patrimonial dos imóveis	X			1			0	1
23	Despesa em bens alimentares <i>per capita</i>		X		1			0	1
24	Proporção de taxas ambientais no total das receitas fiscais		X		1			0	1
25	PIB per capita ajustado ao poder de compra		X		1			0	1
26	Peso financeiro do sector florestal na industria da madeira		X		1			0	1
	Emprego								
27	Emprego	X	X	X	3			0	3
28	Desemprego		X	X	2			0	2
29	Acidentes de trabalho			X	1			0	1
30	Concentração do emprego - Evolução do n.º de empregados nos 20 maiores empregadores	X			1			0	1
31	Emprego na administração local	X			1			0	1
	Educação								
32	Aprendizagem ao longo da vida	X	X	X	3			0	3
33	Pré-escolarização	X		X	2			0	2
34	Abandono escolar	X		X	2			0	2
35	Literacia	X		X	2			0	2
36	Nível de escolaridade da população activa			X	1			0	1

	INDICADOR	NB	PN	SIDS	F1	MB	OTALEX	F2	Total
	População e Migração								
37	Envelhecimento da População			X	1			0	1
38	Dimensão média da família			X	1			0	1
39	Evolução da População			X	1			0	1*
40	Equidade ocupacional (Occupational Equity)	X			1			0	1
41	Descriminações laborais (Disability and Work)	X			1			0	1
42	Equidade intergeracional (Intergenerational Equity)	X			1			0	1
43	Orientação sexual (Sexual Orientation)	X			1			0	1
44	Distribuição da população emigrante	X			1			0	1
	Pobreza e Exclusão Social								
45	Desigualdade na distribuição de rendimentos	X		X	2			0	2
46	Grau de integração de deficientes	X		X	2			0	2
47	Apoio ao desenvolvimento rural	X		X	2			0	2
48	Risco de pobreza			X	1			0	1
49	População abrangida por programas de combate à pobreza e à exclusão			X	1			0	1
50	Apoio à pesca			X	1			0	1
51	Habitações sem condições de habitabilidade			X	1			0	1
52	Habitações sociais			X	1			0	1
53	Disponibilidade de abrigos	X			1			0	1
54	Instituições de Cuidados infantis	X			1			0	1
55	Instituições de Cuidados a idosos	X			1			0	1
56	Abuso de menores e adultos vulneráveis	X			1			0	1
57	Juventude em risco	X			1			0	1
58	Apoio a incapacitados (Serving the Developmentally Disabled)	X			1			0	1
59	Abuso de adultos e idosos	X			1			0	1
60	Integração da população imigrante	X			1			0	1
61	Número de famílias (agregados familiares) com crianças, que vivem em pobreza relativa		X		1			0	1
	Saúde								
62	Estado nutricional da população	X	X	X	3			0	3
63	Esperança de vida à nascença		X	X	2			0	2
64	Mortalidade segundo a causa	X		X	2			0	2
65	Morbilidade segundo a causa	X		X	2	X		1	3
66	Fecundidade		X	X	2			0	2
67	Comportamentos de risco	X		X	2			0	2
68	População exposta a ruído ambiente			X	1		X	1	2
69	Mortalidade infantil			X	1			0	1
70	Acesso aos cuidados de saúde			X	1			0	1*
71	Peso à nascença	X			1			0	1
72	Taxas de vacinação	X			1			0	1
73	Gravidez na adolescência (15-19)	X			1			0	1
74	Saúde Mental	X			1			0	1
75	Cobertura dos seguros	X			1			0	1
76	Substâncias perigosas no leite materno		X		1			0	1
77	N.º de casos de Campylobacter em humanos		X		1			0	1
78	N.º de casos humanos de salmonella		X		1			0	1
79	N.º de chemical flavorings avaliadas		X		1			0	1

	INDICADOR	NB	PN	SIDS	F1	MB	OTALEX	F2	Total
80	Nº de embalagens alimentares sujeita a avaliação de riscos		X		1			0	1
81	Resíduos de pesticidas nos alimentos		X		1			0	1
82	Substâncias perigosas		X		1			0	1
83	Número de substâncias classificadas na lista Europeia de substâncias perigosas		X		1			0	1
84	Uso de mercúrio		X		1			0	1
	Segurança								
85	Sinistralidade rodoviária	X	X	X	3			0	3
86	Criminalidade	X		X	2			0	2
87	Grau de presença das forças de segurança	X		X	1			0	1
88	Apreensões por posse de droga	X			1			0	1
89	População prisional	X			1			0	1
90	Resposta a emergências	X			1			0	1
	Cultura e Lazer								
91	Recursos e eventos culturais	X		X	2			0	2
92	Participantes em actividades amadoras	X		X	2			0	2
93	Confissões religiosas	X		X	2			0	2
94	Edifícios e locais históricos classificados	X		X	2			0	2
95	Gastronomia regional			X	1			0	1
96	Consumo de jornais			X	1			0	1
97	Acessibilidade para passeios familiares	X			1			0	1
98	Investimento/Rendimento em artes	X			1			0	1
99	Parques e espaços ao ar livre	X			1			0	1
	Governança e cidadania								
100	Cooperação regional	X		X	2	X		1	3
101	Instrumentos de gestão da sustentabilidade		X	X	2		X	1	3
102	Eficiência das instituições públicas	X		X	2			0	2
103	Participação eleitoral	X		X	2			0	2
104	Mulheres em nomeações públicas e em cargos de topo	X		X	2			0	2
105	Governo electrónico	X		X	2			0	2
106	Ações de sensibilização e educação para o Desenvolvimento Sustentável			X	1		X	1	2
107	Reclamações apresentadas por razões ambientais			X	1	X		1	2
108	Ações de vigilância e fiscalização			X	1	X		1	2
109	Participação em consultas públicas			X	1			0	1
110	Voluntariado e Participação em ONG's			X	1			0	1
111	Associativismo			X	1			0	1*
112	Empresas que realizam comércio electrónico			X	1			0	1
113	Construção Sustentável			X	1			0	1
114	Aquisição pública "verde"			X	1			0	1
115	Percepção da qualidade ambiental			X	1			0	1
116	Programas de ajuda alimentar	X			1			0	1
117	PROTS (County and Regional Planning)	X			1			0	1
118	Colaboração no planeamento	X			1			0	1
119	Opinião pública sobre a região	X			1			0	1
120	Diversidade do poder político	X			1			0	1
121	Comércio Justo		X		1			0	1

	INDICADOR	NB	PN	SIDS	F1	MB	OTALEX	F2	Total
122	Implementação de acordos internacionais de biodiversidade		X		1			0	1
	Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia								
123	Recursos humanos em I&D		X	X	2			0	2
124	Computadores e Internet	X		X	2			0	2
125	Patentes	X		X	2			0	2
126	Publicações em revistas científicas internacionais			X	1			0	1126
127	Investimento em I&D			X	1			0	1
128	Empréstimos de livros e outros materiais nas Bibliotecas	X			1			0	1
129	Empresas de base tecnológica e de informação	X			1			0	1
130	Emprego nas áreas da tecnologia e informação	X			1			0	1
131	Exclusão digital - <i>Digital Divide</i>	X			1			0	1
	Turismo								
132	Capacidade de alojamento			X	1			0	1
133	Intensidade turística			X	1			0	1
134	Gasto médio diário do turista			X	1			0	1
135	Sazonalidade turística			X	1			0	1
136	Nº de visitantes, incluindo 1 só dia e mais de 1 dia, nº de visitantes segundo a origem	X			1			0	1
	Mobilidade e transportes								
137	Transporte de passageiros	X		X	2			0	2
138	Congestionamento de tráfego			X	1			0	1
139	Transporte de mercadorias			X	1			0	1
140	Parque automóvel			X	1			0	1
141	Passagens aéreas	X			1			0	1
142	Condições das infra-estruturas rodoviárias (pontes e estradas)	X			1			0	1
	Energia								
143	Consumo energético		X	X	2		X	1	3
144	Produção de energia a partir de fontes renováveis		X	X	2		X	1	3
145	Intensidade energética			X	1			0	1
146	Consumo bruto de energia em relação ao PIB		X		1			0	1
147	Exportação líquida de electricidade do mercado nórdico		X		1			0	1
148	Grau de auto-suficiência no abastecimento		X		1			0	1
149	Municípios com transportes a biodiesel				0		X	1	1
150	Municípios com iluminação fotovoltaica				0		X	1	1
	Agricultura								
151	Consumo de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos		X	X	2	X		1	3
152	Área destinada à agricultura biológica		X	X	2		X	1	3
153	Produtividade agrícola			X	1			0	1
154	Balanço de azoto		X		1			0	1
155	Superfície agrícola com recursos a medidas agroambientais				0		X	1	1
156	Carga pecuária (n.º de cabeças/superfície de zonas pastáveis)				0		X	1	1
157	Formação aos agricultores sobre manuseamento de pesticidas					X		1	1

	INDICADOR	NB	PN	SIDS	F1	MB	OTALEX	F2	Total
	Florestas								
158	Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal - ZIF		X	X	2		X	1	3
159	Coberto florestal			X	1		X	1	2
160	Distribuição florestal por tipo de floresta		X		1			0	1
161	Volume dos caules		X		1			0	1
162	Florestas danificadas devido a desfolhação de árvores		X		1			0	1
163	Corte e incremento anual		X		1			0	1
164	Área e distribuição da floresta protegida		X		1			0	1
165	Madeira velha		X		1			0	1
166	Produção Total de madeira				0		X	1	1
	Pescas								
167	Preços do produtor face a preços no consumidor			X	1			0	1
168	Descarga de pescado			X	1			0	1
169	Produção aquícola			X	1			0	1
170	Dimensão da frota de pesca			X	1			0	1
171	Toxinas no bacalhau		X		1			0	1
	Ar e Clima								
172	Qualidade do ar	X	X	X	3	X	X	2	5
173	Emissão de poluentes atmosféricos	X	X	X	3			0	3
174	Temperatura		X	X	2			0	2
175	Emissão de gases com efeito de estufa		X	X	2			0	2
176	Precipitação			X	1			0	1
177	Radão	X			1			0	1
178	Emissões de metais pesados para a atmosfera		X		1			0	1
179	Alterações no crescimento da duração das estações		X		1			0	1
180	Emissões de GEE de fontes industriais		X		1			0	1
181	Taxa de Retenção de CO2 pelas florestas		X		1			0	1
182	Alterações climáticas no Ártico		X		1			0	1
	Água								
183	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais			X	1	X	X	2	3
184	Consumo de água			X	1		X	1	2*
185	Qualidade das águas superficiais e subterrâneas	X		X	2			0	2
186	População servida por sistemas de abastecimento de água			X	1	X		1	2
187	Disponibilidade hídrica			X	1		X	1	2
188	Qualidade da água para consumo humano			X	1			0	1
189	Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais			X	1			0	1
190	Reutilização de água residual tratada			X	1			0	1
191	Eficiência da utilização da água			X	1			0	1
192	Descarga de metais pesados para a água		X		1			0	1
193	Descarga de nutrientes		X		1			0	1
194	N.º anual de contaminações de albufeiras				0		X	1	1
195	Perímetros de Protecção de zonas de captação para abastecimento público				0		X	1	1
196	Recursos Hídricos				0		X	1	1
	Natureza e Biodiversidade								

Proposta de Indicadores Transfronteiriços de Desenvolvimento Sustentável Comuns

	INDICADOR	NB	PN	SIDS	F1	MB	OTALEX	F2	Total
197	Áreas sensíveis	X	X	X	3		X	1	4
198	Espécies-chave/ Índice de aves comuns	X	X	X	3			0	3
199	Ações de gestão e conservação da natureza		X	X	2		X	1	3
200	Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas	X		X	2			0	2
201	Área ardida			X	1		X	1	2
202	Habitat-chave			X	1			0	1
203	Sistemas agro-florestais com elevado interesse ambiental			X	1			0	1
204	Número de guias da natureza		X		1			0	1
205	Guias da natureza na Islândia		X		1			0	1
206	O direito de acesso público aos espaços naturais		X		1			0	1
207	Zonas de caça				0		X	1	1
Ambientes Marinhos e Costeiros									
208	Descargas de hidrocarbonetos	X		X	2			0	2
209	Stocks pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança		X	X	2			0	2
210	Evolução da linha de costa			X	1			0	1
211	Qualidade da água em zonas balneares			X	1			0	1
212	Qualidade do sistema aquático em estuários e lagunas costeiras			X	1			0	1
213	Qualidade da água em zonas de produção de bivalves			X	1			0	1
214	Medidas de gestão no litoral			X	1			0	1
Solos e Ordenamento do Território									
215	Área de solo desafectada da Reserva Agrícola Nacional			X	1		X	1	2
216	Evolução da área da Reserva Ecológica Nacional			X	1		X	1	2
217	Espaços verdes de utilização pública			X	1		X	1	2
218	Parque habitacional	X		X	2			0	2
219	Uso do Solo			X	1			0	1
220	Edificação dispersa			X	1			0	1
221	Território susceptível e ou afectado pela desertificação			X	1			0	1
222	Terrenos baldios (brownfields)	X			1			0	1
223	Explorações agrícolas e área agrícola	X			1			0	1
224	Parques industriais e escritórios (Área ocupada)	X			1			0	1
225	Planos de ordenamento municipais	X			1			0	1
226	Uso de outros instrumentos de gestão do território	X			1			0	1
227	Superfície Agrícola total				0		X	1	1
228	Explorações mineiras				0		X	1	1
229	N.º de pedreiras				0		X	1	1
Resíduos									
230	Valorização e destino final de resíduos	X	X	X	3		X	1	4
231	Produção de resíduos			X	1		X	1	2
232	Deposição de resíduos perigosos	X			1			0	1
233	Recolha de pneus				0	X		1	1
Substâncias químicas									
234	Substâncias perigosas		X		1			0	1
235	Número de substâncias classificadas na lista Europeia de substâncias perigosas		X		1			0	1
236	Uso de mercúrio		X		1			0	1

NB – Sistema *Buffalo/Niagara*; **PN** – SIDS dos Países Nórdicos; **SIDS** – SIDS Algarve; **MB** – México/EUA *Border*; **OTALEX** – Sistema transfronteiriço *Alentejo/ Extremadura* | **F1** – Frequência dos sistemas de desenvolvimento sustentável; **F2** – Frequência dos sistemas ambientais.

Proposta de Indicadores Transfronteiriços de Desenvolvimento Sustentável Comuns

	INDICADOR	NB	PN	SIDS	F1	MB	OTALEX	F2	Total
	Riscos Ambientais								
237	Área de risco sísmico (% da área total)				0		X	1	1
238	Deslizamento de terras				0		X	1	1
239	Inundações				0		X	1	1
240	Área em risco de erosão (% da área total)				0		X	1	1

ANEXO I.2

Tabela I.2. Resultado final da avaliação dos indicadores.

INDICADOR	F1	F2	Total
Desenvolvimento Económico (7)			
Despesa e rendimento das famílias	3	0	3
Produto Interno Bruto Regional (PIB regional)	2	0	2
Produtividade do trabalho	2	0	2
Comércio Internacional	2	0	2
Investimento público e privado	2	0	2
Investimentos de capital de risco/	2	0	2
Custos com a habitação	2	0	2
Emprego (2)			
Emprego	3	0	3
Desemprego	2	0	2
Educação (4)			
Aprendizagem ao longo da vida	3	0	3
Pré-escolarização	2	0	2
Abandono escolar	2	0	2
Literacia	2	0	2
Pobreza e Exclusão Social (3)			
Desigualdade na distribuição de rendimentos	2	0	2
Grau de integração de deficientes	2	0	2
Apoio ao desenvolvimento rural	2	0	2
Saúde (7)			
Estado nutricional da população	3	0	3
Morbilidade segundo a causa	2	1	3
Esperança de vida à nascença	2	0	2
Mortalidade segundo a causa	2	0	2
Fecundidade	2	0	2
Comportamentos de risco	2	0	2
População exposta a ruído ambiente	1	1	2
Segurança (2)			
Sinistralidade rodoviária	3	0	3
Criminalidade	2	0	2
Cultura e Lazer (4)			
Recursos e eventos culturais	2	0	2
Participantes em actividades amadoras	2	0	2
Confissões religiosas	2	0	2
Edifícios e locais históricos classificados	2	0	2
Governança e cidadania (9)			
Cooperação regional	2	1	3
Instrumentos de gestão da sustentabilidade	2	1	3
Eficiência das instituições públicas	2	0	2
Participação eleitoral	2	0	2
Mulheres em nomeações públicas e em cargos de topo	2	0	2
Governo electrónico	2	0	2
Ações de sensibilização e educação para o Desenvolvimento Sustentável	1	1	2
Reclamações apresentadas por razões ambientais	1	1	2
Ações de vigilância e fiscalização	1	1	2

INDICADOR	F1	F2	Total
Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia (3)			
Recursos humanos em I&D	2	0	2
Computadores e Internet	2	0	2
Patentes	2	0	2
Mobilidade e transportes (1)			
Transporte de passageiros	2	0	2
Energia (2)			
Consumo energético	2	1	3
Produção de energia a partir de fontes renováveis	2	1	3
Agricultura (2)			
Consumo de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos	2	1	3
Área destinada à agricultura biológica	2	1	3
Florestas (1)			
Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal - ZIF	2	1	3
Ar e Clima (2)			
Qualidade do ar	3	2	5
Emissão de poluentes atmosféricos	3	0	3
Água (1)			
População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	1	2	3
Natureza e Biodiversidade (3)			
Áreas sensíveis	3	1	4
<i>Espécies-chave/ Índice de aves comuns</i>	3	0	3
Ações de gestão e conservação da natureza	2	1	3
Resíduos (1)			
Valorização e destino final de resíduos	3	1	4